

Pedido correto da AEB e da Embrapa

27 de Dezembro de 2005 - A Agência Espacial Brasileira (AEB) irá pressionar o governo para um aumento de recursos para o programa espacial. A pressão será diferente da habitual, partindo da importância e benefícios desses projetos para a capacidade de inovação da indústria nacional. Para 2006, o orçamento da AEB é de R\$ 233 milhões, US\$ 100 milhões, mas tenta rever essa previsão para cerca de US\$ 200 milhões.

A agência não está sozinha no pedido de mais recursos para alcançar mais eficiência. Silvio Crestana, diretor-presidente da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), depois de lembrar que o País pode perder competitividade por falta de investimento em pesquisa, afirmou que, por exemplo, os recursos aplicados em biotecnologia agrícola estão "muito aquém do necessário". Crestana revelou que o Brasil investe nesse setor "apenas US\$ 1 bilhão", quando deveria investir entre US\$ 5 bilhões e US\$ 10 bilhões, "como ocorre na China e na Índia".

A AEB tenta ampliar a captação de recursos fixando como meta o lançamento em 2006 do satélite CBERS-2B, que dará continuidade aos projetos de geração de imagens do território brasileiro. Neste ano, o Brasil já foi o maior distribuidor de imagens de satélites do mundo, usando o CBERS-2, lançado em 2003. O Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), executor dessa distribuição, já entrega 350 imagens/dia para mais de 6,4 mil usuários de mais de 2 mil instituições.

Desde universidades públicas e privadas, prefeituras até empresas de geologia, petróleo, topografia, saneamento, eletricidade, passando por órgãos de governo, todos se beneficiam dessas imagens. Sem esquecer que, hoje, no programa CBERS, 80% dos contratos de desenvolvimento dos satélites são feitos com a indústria brasileira.

Não é diferente em relação à Embrapa. A empresa tem hoje mais de 800 projetos em andamento pagos com recursos federais de R\$ 877 milhões. É muito pouco para a relevância da tarefa da Embrapa. Crestana alertou que a Embrapa, em 2006, necessitará de R\$ 1,3 bilhão para dar conta da agenda prevista, mas só haverá, na melhor hipótese, R\$ 1,1 bilhão de repasses federais.

O que está em jogo nesses pedidos é o efeito multiplicador da capacidade de pesquisa desses centros sobre a economia brasileira. Ambas, seja a Embrapa, seja a AEB, representam setores estratégicos na consolidação da presença brasileira no cenário econômico internacional.

O Brasil é o maior exportador mundial de carne bovina, café, suco de laranja e açúcar e se aproxima muito rápido dos líderes em soja, carnes de aves e de porco, constatou matéria da The Economist, há um mês. Em todas essas conquistas havia o "dedo" da Embrapa. A produção de soja no Brasil só é o que é, a maior commodity agrícola do País, pelas conquistas tecnológicas da Embrapa, como a invenção de variedades de soja que se desenvolvem no cerrado.

A revista chamou a atenção para o futuro do agronegócio no Brasil: "diferentemente do que ocorre com seus concorrentes", terras não escasseiam no Brasil. A agricultura ocupa, nos números da The Economist, 60 milhões de hectares e poderia estender-se por outros 90 milhões de hectares, sem prejuízos ecológicos.

O papel da AEB, como núcleo impulsionador de desenvolvimento técnico, não será diferente no setor industrial. A indústria brasileira investiu R\$ 2,4 bilhões em automação neste ano, índice 20% superior ao de 2004. Porém, esse valor será 20% inferior ao necessário para a modernização do parque industrial, se forem cumpridos os parâmetros da Instrumentation, Systems and Automation Society (ISA), entidade internacional ligada a sistemas de automação.

Os investimentos brasileiros são insuficientes para acompanhar padrões internacionais de inovação. Os pedidos da AEB, portanto, têm poder de impulsionar capacidade estratégica de pesquisa da indústria.

O governo promete crescimento em 2006, como disse ontem o presidente Lula. Garantir a fatia de investimento em pesquisa nessa expectativa de crescimento é assegurar qualidade no gasto público. As pretensões eleitorais do presidente sairão fortalecidas com essa decisão.

(Gazeta Mercantil/Caderno A - Pág. 2)